





A política de cotas no ISEPAM: Possibilidades e limites a partir das experiências de cotistas negros

<u>Luiz Gustavo Borges do Rosario¹*</u>, Josete Pereira Peres Soares²

*ISEPAM; ²ISEPAM

*luizgustavoborges@outlook.com.br

A presente pesquisa disserta sobre a política de cotas no ensino superior. A adoção da política de cotas no Brasil permitiu a expansão de um debate sobre a criação de políticas públicas de combate à desigualdade racial. Partiu-se do panorama das experiencias da UERJ e UENF, como pioneiras da adoção desta política até a promulgação da Lei Federal nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas. Objetivou-se investigar as possíveis interferências da utilização da política de cotas raciais e sociais como ferramenta de inclusão social no que tange ao acesso à universidade, assim como verificar a existência de conformidade entre as demandas dos universitários cotistas e as propostas da política de cotas. Como metodologia foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, tendo como autores para subsidiar o estudo Andrews (1991), Rawls (1997), Carvalho (2002), Moehlecke (2004), Gomes (2012) entre outros, que dialogam com as problemáticas das desigualdades raciais e a política de cotas, e a pesquisa de campo, com coleta de dados através de questionários semiestruturados aplicados à 14 alunos negros cotistas do curso de pedagogia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert - ISEPAM. Dos 14 entrevistados, 13 revelaram serem os primeiros membros de suas respectivas famílias a ingressarem no ensino superior, isso nos mostra a vigente desigualdade educacional no Brasil, mas também expõe a efetividade da política de cotas na garantia do acesso ao ensino superior por grupos minoritários. Os entrevistados ainda revelaram que o ingresso no curso lhes proporcionou oportunidades no mercado de trabalho, um novo círculo de amizades, um novo repertório de conhecimentos e uma nova visão da sociedade, estando em consonância com os princípios das ações afirmativas que são pautadas na igualdade de oportunidades, trazendo consigo a efetivação da justiça social. Foi possível constatar durante a análise dos dados que a política de cotas no ISEPAM pode ser considerada uma ferramenta de inclusão social e democratização do acesso à universidade, uma vez que possibilitou o ingresso de alunos com carência socioeconômica no ensino superior e lhe proporcionou acesso a um capital cultural. Através dos relatos dos entrevistados, pode-se perceber a importância das ações afirmativas não só como instrumento de diversidade, mas também de garantia de justiça social, possibilitando uma visão da universidade pela perspectiva de um caminho para a ascensão social.

Palavras-chave: Política de cotas, Justiça social, Ensino superior público.